

Associação Direitos Humanos em Rede

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Fundadores e Administradores
Associação Direitos Humanos em Rede

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Direitos Humanos em Rede (a "Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Associação Direitos Humanos em Rede

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

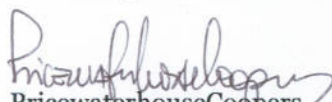
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Direitos Humanos em Rede em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Conforme Nota 2.1, em cumprimento à Interpretação ITG 2002 e para fins de comparabilidade, a Associação Direitos Humanos em Rede mensurou e reconheceu o trabalho voluntário e as gratuidades pelo valor justo da prestação de serviços e reapresentou a demonstração do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sem alterar o montante do superávit nesse exercício.

São Paulo, 20 de maio de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Associação Direitos Humanos em Rede

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em reais

Ativo	2013		2012		Passivo e patrimônio social	2013		2012	
Circulante					Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3)	2.147.549	3.363.799	Contas a Pagar	1.512	2.456				
Outros contas a receber (Nota 4)	57.108	48.534	Obrigações tributárias	303	349				
			Obrigações Sociais (Nota 6)	73.617	10.860				
			Doações Antecipadas (Nota 7)	1.359.853	2.508.890				
	<u>2.204.657</u>	<u>3.412.333</u>		<u>1.435.284</u>	<u>2.522.555</u>				
Não circulante			Patrimônio social (Nota 8)						
Imobilizado (Nota 5)	162.718	60.179	Patrimônio social	932.091	949.957				
Total do ativo	<u>2.367.375</u>	<u>3.472.512</u>	Total do passivo e patrimônio social	<u>2.367.375</u>	<u>3.472.512</u>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstração do déficit/superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Doações Nacionais (Nota 7 e 10)	356.415	402.920
Doações no Exterior (Nota 7)	3.898.200	2.773.961
Receitas com gratuidades (Nota 10)	64.358	54.494
Receitas das atividades	<u>4.318.973</u>	<u>3.231.375</u>
Despesas administrativas e gerais (Nota 9)	(4.486.744)	(2.625.035)
Despesas com prestação de serviços – gratuidades (Nota 10)	(64.358)	(54.494)
Despesas tributárias	(72.320)	(36.046)
Recuperação de Despesas	33.152	46.039
Outras Despesas	(4.959)	(7.573)
Despesas das atividades	<u>(4.595.229)</u>	<u>(2.677.109)</u>
(Déficit) Superávit antes do resultado financeiro	(276.256)	554.266
Resultado financeiro (Nota 11)	<u>256.736</u>	<u>121.656</u>
(Déficit) Superávit do Exercício	<u>(19.520)</u>	<u>675.922</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstração das mutações do patrimônio social Em reais

Em 03 de dezembro de 2012	274.035
Superávit do exercício	<u>675.922</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>949.957</u>
Déficit do exercício	(19.520)
Transferência de valores SUR (Nota 8)	<u>1.654</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>932.091</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) Superávit do exercício	(19.520)	675.922
Depreciações	28.911	16.129
	<u>9.391</u>	<u>692.051</u>
(Déficit) Superávit do exercício ajustado	9.391	692.051
(Aumento) diminuição em outras contas a receber	(8.574)	(23.650)
Aumento (diminuição) em contas a pagar	(945)	(3.035)
Aumento (diminuição) em obrigações sociais	62.757	1.114
Aumento (diminuição) em obrigações tributárias	(46)	(38.593)
Aumento (diminuição) em doações antecipadas	(1.149.037)	2.083.509
	<u>(1.086.454)</u>	<u>2.711.396</u>
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Transferência de valores SUR	1.654	-
Aquisição de ativo imobilizado	(131.450)	(19.249)
	<u>(129.796)</u>	<u>(19.249)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.216.250)</u>	<u>(2.692.147)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim exercício (Nota 3)	2.147.549	3.363.799
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício (Nota 3)	3.363.799	671.652
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.216.250)</u>	<u>2.692.147</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em reais

1 Contexto operacional

A Associação Direitos Humanos em Rede (“Conectas” ou “Entidade”) é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2001 em São Paulo – Brasil. Sua missão é promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, no Sul Global - África, América Latina e Ásia.

Desde janeiro de 2006, tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde maio de 2009, dispõe de status de observador na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Sua visão é de um mundo justo, com um movimento de direitos humanos realmente global, diverso e efetivo, onde instituições nacionais e a ordem internacional sejam mais transparentes, efetivas e democráticas.

Suas atividades são desenvolvidas por meio de três programas - Cooperação Sul-Sul, Política Externa e Justiça - que interagem entre si e abrangem atividades nacionais e internacionais. Os projetos de cada um desses programas propiciam o fortalecimento de ativistas e acadêmicos em países do hemisfério sul e fomentam a interação entre eles, a partir de redes colaborativas. Também fortalecem a proteção dos direitos humanos, através do monitoramento da política externa de países do Sul Global. No Brasil, Conectas promove ações de advocacia estratégica e de interesse público.

Administrativamente, a Conectas possui um corpo diretivo composto por 1 Diretor Executivo e 1 Diretor Adjunto, a fim de dar suporte a todas as atividades da organização. O setor administrativo e financeiro é responsável pelo Balanço Patrimonial e Demonstração do Superávit/(Déficit) do exercício, movimentações bancárias e questões tributárias e de imunidade e incentivos fiscais. Toda a execução orçamentária é feita por este setor em conjunto com os coordenadores das áreas específicas, que executam os programas Cooperação Sul-Sul, Política Externa e Justiça; estas também interagem entre si e abrangem atividades nacionais e internacionais.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e descrição das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas (CPC para PMEs).

De acordo com a Norma ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12 estão contabilizados, adicionalmente, o valor justo dos trabalhos voluntários e das gratuidades (Nota 10).

Na elaboração das demonstrações financeiras foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, incluindo estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a apuração do valor justo dos ativos financeiros, provisões necessárias para passivos e outras avaliações. O resultado real pode apresentar variação em relação a essas estimativas. A Conectas revisa essas estimativas e premissas pelo menos quando da preparação das demonstrações financeiras.

Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em reais

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da entidade em 23 de abril de 2014.

2.1 Reapresentação da demonstração do superávit do exercício de 2012

Em cumprimento a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC no 1.409/12, a Associação Direitos Humanos em Rede passou a mensurar e reconhecer o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme detalhes discorridos na Nota 10. Dentro deste contexto e para atender a comparabilidade, este procedimento foi aplicado na mensuração dos valores de trabalho voluntário do exercício de 2013 e, conseqüentemente, a demonstração do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentada para fins de comparação, está reapresentada. As receitas correspondentes aos trabalhos voluntários foram reconhecidas como doações, na rubrica de Doações. As correspondentes despesas foram reconhecidas considerando a sua função. Nesse sentido, os custos atribuídos aos trabalhos voluntários identificados nos exercícios de 2013 e de 2012 foram tratados na rubrica de Despesas administrativas e gerais e Despesas com Doações.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizadas pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado **(a)** e empréstimos e recebíveis **(b)**. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os títulos e valores mobiliários são classificados como "Títulos para negociação". Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (déficit/superávit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como

Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em reais

ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do superávit afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

2.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. Os bens recebidos em doação, pelo valor destacado em documento firmado pelo doador ou, na ausência deste, pelo valor simbólico de R\$ 1 (um real), em contrapartida da conta de receita de doações. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme demonstrado na Nota 5.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado.

Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.7 Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.8 Tributos incidentes sobre as operações

A Associação Direitos Humanos em Rede é uma entidade sem fins lucrativos, isento de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (nota 12). Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias da atividade, destacamos os

Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em reais

seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - pagamento integral da contribuição patronal e de empregados; (c) IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras - retenção feita regularmente pelas instituições financeiras.

2.9 Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos e deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Os passivos registrados são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.10 Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.11 Apuração do superávit/déficit

As receitas com doações e contribuições são reconhecidas contabilmente quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência. Ao final do exercício, os recursos não utilizados e que estão comprometidos com projetos são reclassificados no passivo como "Doações antecipadas".

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas-correntes	82.704	528.107
Aplicações Financeiras (*)	<u>2.064.845</u>	<u>2.835.692</u>
	<u>2.147.549</u>	<u>3.363.799</u>

(*) Representados por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, remunerados a taxas pós-fixadas em torno de 90,77% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e por operações compromissadas, com liquidez diária e utilizados pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

4 Outros contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013, referem-se, principalmente, a depósitos judiciais a receber em 60 dias úteis por ganho de causa e adiantamento de aluguel.

Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em reais

5 Imobilizado

	2013		2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação - %
Móveis e utensílios	144.308	(28.607)	115.701	24.345	10
Equipamento de Informática	110.687	(72.625)	38.062	27.579	20
Softwares	7.240	(5.590)	1.650	2.300	20
Equipamentos de telecomunicações	9.380	(3.193)	6.187	4.503	20
Equipamentos eletrônicos	1.669	(551)	1.118	1.452	20
	<u>273.284</u>	<u>(110.566)</u>	<u>162.718</u>	<u>60.179</u>	

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2013	2012
No início do exercício	60.179	171.819
Aquisição de bens	131.450	19.249
Baixa de bens	-	(49.235)
Depreciação	(28.911)	(81.654)
No final do exercício	<u>162.718</u>	<u>60.179</u>

6 Obrigações Sociais

	2013	2012
Encargos sociais	<u>73.617</u>	<u>10.860</u>
	<u>73.617</u>	<u>10.860</u>

7 Doações e doações antecipadas

A entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.

Do total dos recursos recebidos em 2013 no montante de R\$ 5.678.826 (2012 – R\$ 5.685.771), R\$ 4.318.973 (2012 – R\$ 3.176.881) foram aplicados neste exercício e R\$ 1.359.853 (2012 – R\$ 2.508.890) serão aplicados em 2014 na continuidade dos projetos.

Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em reais

8 Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

Na hipótese de extinção da associação, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei no. 9.790/99.

Na hipótese da associação perder a qualificação instituída na Lei o. 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Em 31 de março de 2013, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a extinção da SUR – Rede Universitária de Direitos Humanos com destinação do total de seu ativo, passivo, direitos e obrigações para a Conectas. O acervo líquido referente a esta incorporação foi de R\$ 1.654.

9 Despesas Administrativas e gerais

	2013	2012
Serviços prestados pessoa jurídica	(700.772)	(465.252)
Serviços prestados pessoa física	(8.339)	(11.455)
Gastos com pessoal	(578.233)	(209.472)
Gastos com viagem	(109.944)	(58.415)
Custos com projetos (*)	(2.483.744)	(1.509.215)
Outras despesas	(670.070)	(371.226)
Total	(4.551.102)	(2.625.035)

(*) Representados por:

	2013	2012
Projeto Justiça	(402.579)	(266.163)
Projeto Coloquio	(995.291)	(627.229)
Projeto Política Externa	(512.008)	(384.117)
Projeto Revista SUR	(428.992)	(231.706)
Projeto Especial	(144.874)	-
Total	(2.483.744)	(1.509.215)

10 Valor justo dos trabalhos voluntários e gratuidades

Os trabalhos voluntários identificados pela administração, bem como o seus valores justos, podem ser assim descritos:

Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Membros do conselho	37.775	35.886
Voluntários	26.583	18.608
Total	<u>64.358</u>	<u>54.494</u>

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do superávit/(déficit) na rubrica de receitas com doações, com contrapartida em despesas administrativas e gerais (Outras despesas).

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima, estão apresentados de acordo com a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC no. 1409/12.

Foi determinado a partir do valor que a Associação estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário. Nesse sentido a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Conectas.

11 Resultado Financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendimento de aplicação financeira	232.161	123.302
Outras receitas financeiras	34.095	1.887
Despesas bancárias	(8.469)	(3.297)
Outras despesas financeiras	(1.051)	(236)
	<u>256.736</u>	<u>121.656</u>

12 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Associação atende aos requisitos da legislação sendo imune do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isento da contribuição social sobre o superávit e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores

Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em reais

ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição às receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG -2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", caso a entidade não fosse isenta a alíquota vigente para recolhimento é 9% (contribuição social) e 7,6% (financiamento da seguridade social - COFINS), 1,65% PIS/FATURAMENTO, 15% (Imposto de Renda). Conectas tem o título de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 07 de novembro de 2003 e renovado até 30 de setembro de 2014.

Não auditado

	2013	2012
IRPJ	-	101.388
CSLL	-	60.833
COFINS	328.242	241.443
PIS	71.263	52.419

13 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais relevantes, contra a entidade, que figurem com probabilidade de perda provável ou possível.

14 Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a Conectas possui seguros de responsabilidade civil, equipamentos e predial no valor de R\$ 2.352 (2012 – R\$ 1.672).

15 Outras informações

- (a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Associação não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.
- (b) A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída ou plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.


LUCIA CASSAB NADER
Diretor


JURACI DA CONCEIÇÃO VIEIRA
Contador CRC-1-SP160.881-O-0